

(anteriormente denominada Agro Energia Santa Luzia S.A.) - CNPJ: 08.906.558/0001-42

	nos termos do referido aditivo.	
Com as alterações ocorridas, as dívidas da Tranche A nas condições originais do Plano foram extintas, e foi registrada uma nova dívida com as novas condições aprovadas no aditivo. O impacto líquido nominal destas alterações encontra-se	financeiro previamente reconhecido no resultado - é retratado do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por <i>impairment</i> reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos	gaço a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são

alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, ver Nota 24. g) Taxa incremental dos passivos de arrendamento a pagar. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 14. 4. **Impactos de novas normas e interpretações nas demonstrações financeiras e representações das demonstrações financeiras: 4.1. Novos pronunciamentos técnicos adotados:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez pela Companhia para o exercício iniciado em 1º de abril de 2023:

Normas	Data de início
• IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de seguro;	
• Alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) - Apresentação das demonstrações contábeis e o IFRS 1º de janeiro de 2023	
• <i>Practice Statement 2</i> - 1º de janeiro de 2023	
• IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação; ou 1º de abril 2023	
• Alterações à IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o lucro (reforma tributária internacional - regra do modelo do pilar dois); para a Companhia	
• Alterações à IAS 8 (CPC 23) - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros (definição de estimativas contábeis).	

A Administração avaliou as respectivas alterações nos pronunciamentos e concluiu que não foram necessários ajustes relevantes nas demonstrações financeiras, encerradas em 31 de março de 2024, em função das respectivas adoções. **4.2. Novas normas e interpretações aplicáveis às demonstrações financeiras:** Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A avaliação dos potenciais impactos nas demonstrações financeiras ainda não foi iniciada, mas considerando as atuais operações não se esperam impactos relevantes:

Normas	Data de início
• Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de passivos como circulares ou não circulares 1º de janeiro de 2024	
• Alterações à IAS 1 - Passivo não circular com <i>covenants</i> ou 1º de abril 2024	
• Alterações à IAS 7 (IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores 2024, para a Companhia	
• Alterações ao IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos em três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Rendimento anual	31/03/2024	31/03/2023
a) Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e bancos - no Brasil:		93	4.130
Aplicações financeiras - no Brasil:			
CDBs	99,49% CDI	110.622	237.540
Fundos de investimento (i)		3.258	15.640
		110.622	253.180
		110.715	257.310

(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos e liquidez diários.

	Rendimento anual	31/03/2024	31/03/2023
b) Aplicações financeiras			
Valor justo por meio do resultado			
Fundos de investimento (i)	104,50% CDI	11.900	2.201
Ativo não circulante		11.900	2.201

(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos diários e vencimentos superiores a 3 meses. **6. Contas a receber de clientes:** O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Contas a receber - no Brasil (moeda nacional):			
- de clientes		29.573	27.649
- de partes relacionadas	10(a)	454	404
		30.027	28.053

Provisão para perdas de crédito esperadas:

- de clientes	(2.332)	(808)
	(2.332)	(808)
	27.695	27.245
	(27.695)	(26.199)

Ativo não circulante - 1.046

A Companhia não tem títulos cedidos como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes. A análise do vencimento das contas a receber de clientes é como segue:

	31/03/2024	31/03/2023
A vencer:	26.769	25.593
Vencidos:		
- até 30 dias	941	623
- de 31 a 60 dias	38	593
- de 61 a 90 dias	260	2
- de 91 a 180 dias	21	813
- de 181 a 360 dias	1	-
- acima de 360 dias	1.997	429
	3.258	2.460
	30.027	28.053

A provisão para perdas de crédito esperada foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, negociações em andamento com base na avaliação dos assessores jurídicos. A provisão para perdas de crédito esperada é considerada suficiente pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação para os exercícios sociais findos em 31 de março de 2024 e 2023, estando assim demonstrada:

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo no início do exercício	(808)	(947)
(Adições)	(2.365)	(712)
Baixa e reversões	841	851
	(2.332)	(808)

7. Estoques e adiantamentos a fornecedores: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provi são para redução aos valores de realização.

	31/03/2024	31/03/2023
Produtos acabados e em elaboração	23.951	44.901
Créditos de descarbonização - CBIOS (i)	1.080	22
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar (ii)	118.732	86.692
Adiantamentos - compra de insumos e outros (iii)	35.126	201
Custos a apropriar do período de entressafra (iv)	86.120	78.648
Almoxnarado de insumos, materiais auxiliares e manutenção (v)	27.386	35.165
Provisão para perdas nos estoques	(2.416)	(2.129)
	289.979	243.500
	(228.095)	(198.530)
	61.884	44.970

Ativo circulante

Ativo não circulante

(i) RenovaBio - CBIOS: Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía 15.409 CBIOS emitidos e ainda não comercializados (22.138 CBIOS, em 31 de março de 2023). A comercialização desses títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. (ii) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar estão relacionados aos contratos de parceria agrícola e fornecedores de cana-de-açúcar. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar desses parceiros. (iii) Refere-se substancialmente à adiantamentos realizados para a aquisição de óleo diesel para a safra 24/25. (iv) Refere-se a gastos com manutenção e depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, e serão apropriados no resultado da safra seguinte. (v) Os estoques do almoxnarado de insumos, materiais auxiliares e manutenção, consideram a previsão de utilização e consumo segundo a projeção de plantio e moagem do próximo ciclo.

Em 31 de março de 2024, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e das provisões de estoques obsoletos e com giro lento. As movimentações das referidas perdas para os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 estão demonstradas abaixo e foram reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica "Custo dos produtos vendidos":

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo no início do exercício	(2.129)	(3.315)
(Adições)	(2.416)	(2.129)
Reversões	2.129	1.186
	(2.416)	(2.129)

Saldo no final do exercício

A Companhia está atualmente em negociação com o objetivo de realizar a venda de seus estoques obsoletos e com giro lento de almoxnarado a uma *cleantech*. As provisões para perda desses estoques consideram os valores prováveis realizáveis que resultarão desta negociação. **8. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a "soqueira" continua no solo, após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais seis safras. A mensuração do valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável no líquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável ("ATR")) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola (passivos de arrendamento); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida a conta "Custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar. As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	31/03/2024	31/03/2023
Área total estimada de colheita (ha)	45.377	40.517
Produtividade prevista (ton/ha)	89,67	81,82
Quantidade de ATR por ton, de cana-de-açúcar (kg)	137,62	131,46
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,9015	1,1476

Na demonstração financeira atual, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 8,23% a.a. (10,21% a.a. em 31 de março de 2023). O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita. Durante exercício findo em 31 de março de 2024, a Companhia revisou as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico, dos quais os principais impactos foram: (i) aumentos dos custos agrícolas; e (ii) diminuição de preço do ATR médio, influenciado pelo preço do etanol e do açúcar *Very High Polarization* (VHP), em linha com o que vem sendo observado nos últimos meses, assim como pelo efeito da volatilidade do dólar americano; e (iii) aumento da produtividade e TCH, face aos investimentos realizados nas lavouras. Como resultado, a valorização do ativo biológico em 31 de março de 2024 foi assim determinada:

	31/03/2024	31/03/2023
a) Composição		
Ativo biológico (lavoura cana-de-açúcar)	550.822	110.613
Valor justo (lavoura cana-de-açúcar)	42.244	9.028
	593.066	119.641

b) Movimentação do ativo biológico

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial dos ativos biológicos	119.641	133.693
Aumentos decorrentes de tratos	89.846	110.588
Variação no valor justo	42.244	9.028
Reduções decorrentes da colheita	(119.641)	(133.693)
	132.090	119.641

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, os resultados das safras futuras poderão ser afetados, aumentados ou reduzidos. c) **Análise de sensibilidade do valor justo:** A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar; e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 23.226 (R\$ 22.442, em 31 de março de 2023). Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 15.412 (R\$ 14.879 em 31 de março de 2023).

9. Tributos a recuperar

	31/03/2024	31/03/2023
Imposto sobre circulação de mercadorias serviços - ("ICMS") (i)	87.733	66.543
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS") (ii)	21.649	40.231
Programa de integração social - ("PIS") (iii)	3.972	8.962
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF") (iii)	6.780	6.862
Instituto Nacional do Seguro Social - ("INSS") (iv)	281	98
Outros tributos a recuperar	940	86
	121.312	122.596
	(95.169)	(111.257)
	26.143	11.339

Ativo circulante

Ativo não circulante

(i) ICMS: Os créditos de ICMS a recuperar são oriundos, sobretudo, do acúmulo em razão da maior produção e comercialização de etanol anidro, cuja venda o ICMS da operação é diferido para a etapa seguinte e ainda gera créditos outorgados ou presumidos em razão de benefícios fiscais concedidos pelos estados e vinculados a saída incentivada tanto do etanol anidro como o etanol hidratado. Ainda, o maior acúmulo deriva do início da tributação monofásica do ICMS, a partir de 1 de junho de 2023, prevista através do Convênio ICMS nº 15/2023, também para o etanol anidro combustível, quando o tributo passou a incidir com alíquota fixa de 12% (ad rem) de R\$ 1.22200 por unidade de medida (litro), posteriormente alterado para R\$ 1.3721 pelo Convênio ICMS nº 173/2023, com vigência a partir de 1 de fevereiro de 2024. Os créditos acumulados poderão ser compensados com o débito da própria venda do etanol hidratado combustível. No Estado de GO, com a permissão do Decreto nº 15.920/2022, os créditos ainda podem ser utilizados como parte de pagamento na aquisição de ativo fixo comercializados por fornecedores localizados dentro do Estado. Para os créditos

acumulados no Estado do MS, com a publicação do Decreto 13.603/2023, possibilidade de transferência para outros contribuintes localizados no Estado, mediante condições específicas, pactuação de termo de compromisso de investimentos de desenvolvimento econômico e social. (ii) PIS e COFINS: Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a recuperar advém de transações mercantis, apropriados na aquisição de bens do ativo imobilizado e insumos de produção. Os saldos acumulados de créditos de PIS/COFINS foram reduzidos com sua maior utilização em razão da conclusão de trabalho de retificação das suas obrigações acessórias dos últimos 5 anos, conduzidos com apoio de consultoria independente, a qual permitiu a sua utilização com débitos correntes e correta regularização dos saldos. (iii) Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF: Refere-se, substancialmente, a imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras e antecipações realizadas e serão ressarcidos ou compensadas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido a recolher ou quaisquer outros tributos federais. (iv) Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS: Substancialmente, referem-se a créditos de INSS oriundos de superveniência, relativa à receita de vendas para a Zona Franca de Manaus e equiparadas a exportações. **10. Partes relacionadas:** A Companhia mantém saldos e realiza transações com sua controladora e outras partes relacionadas. Essas transações são realizadas no melhor interesse do Grupo Atvos como um todo e não necessariamente de uma entidade isolada. Os principais saldos e operações são como segue: a) **Resumo dos saldos com partes relacionadas**

	31/03/2024	31/03/2023
Em contas a receber de clientes - mercado interno		
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	122
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(a)	454
		454

Partes relacionadas

Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(b)	449	-
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(b)	247	-
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(b)	4	-
		2.900	-
		3.354	404

Total no ativo circulante

No ativo não circulante

Partes relacionadas

Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(d)	305.767	195.823
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(c)	59	59
Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(b)	-	5.596
		305.826	201.478

Total no passivo circulante

No passivo não circulante

Fornecedores

Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(a)	113	113
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(a)	21	23
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	333	550
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	387	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(a)	238	253
Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(b)	-	92
		1.092	1.031

Empréstimos e financiamentos

Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva")

	(f)	-	20.531
--	-----	---	--------

Partes relacionadas

Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(c)	-	13.640
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(c)	-	3.145
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(c)	21	21
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(c)	52	52
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(c)	-	2
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(c)	3.772	49
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(c)	-	2
		3.845	16.909
		4.937	38.471

Total no passivo circulante

No passivo não circulante

Fornecedores

Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(e)	-	21
		-	21

Adiantamento de clientes

Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(b)	-	1
		-	1

Empréstimos e financiamentos

Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva")

	(f)	-	349.273
		-	-
		-	349.295

Total no passivo não circulante

Transações relevantes no período

Vendas de mercadorias e serviços

Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável ("Brenco")	(a)	12.912	14.006
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	4.262	5.180
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	3.804	4.388
Rio Claro Agropecuária S.A. ("Rio Claro")	(a)	937	828
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(a)	-	7
		21.915	24.409

Compras de mercadorias e serviços

Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	(16.059)	(17.520)
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	(1.816)	(2.780)
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(a)	(1.327)	(1.557)
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(a)	(731)	(908)
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(a)	(1)	(460)
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(d)	(120)	(120)
		(20.054)	(23.345)

Repasses de despesas do corporativo

Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(c)	(29.851)	(26.017)
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(c)	(1.894)	(3.875)
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(c)	5	(518)
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(c)	(4)	(499)
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(c)	(3)	(120)
Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(b)	(25)	(37)
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(c)	(10.051)	(12.709)
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(c)	-	(10)
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(c)	(15.372)	49
		(57.195)	(43.736)

Receitas financeiras

Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(d)	5.659	-
		5.659	-

Despesas financeiras

Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva")	(f)	(422)	(1.403)
		(422)	(1.403)

Outras receitas e despesas, líquidas

Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(a)	(213)	(1)
		(213)	(1)

a) Refere-se a saldos a receber ou pagar (receita/custo) sobre comercialização de produtos entre empresas do Grupo Atvos e ajustes realizados sobre saldos a receber/pagar entre empresas do grupo classificados em outras receitas (despesas), líquidas. b) Refere-se, substancialmente, a repasse de despesas relacionadas à tecnologia da informação, locação e transferência de colaboradores entre empresas da Atvos Inv e do Grupo Novonor. Em 19 de outubro de 2023, conforme descrito na nota explicativa nº 1 (b)(vi), as empresas do Grupo Novonor venderam sua participação na controladora indireta da Companhia, Atvos Bioenergia S.A., para a MC Green Energy FIP Multiestratégia ("FIP MC Green"), deixando de ser parte relacionada da Companhia. c) Refere-se, substancialmente, ao contrato de compartilhamento de despesas firmado entre as empresas do Grupo Atvos. d) Refere-se a contrato de conta corrente e têm o propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não incidem encargos financeiros. Vale destacar que a controladora da Companhia, Atvos Par, gestora da caixa única, efetua o repasse mensais receitas e despesas financeiras registradas em suas demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas do Grupo Atvos. Esses saldos são realizados no curso normal das operações. e) Refere-se a transações financeiras existentes entre as empresas do Grupo Atvos e do Grupo Novonor inseridas no PRJ. Conforme nota explicativa nº 20(a), os saldos foram capitalizados através das movimentações societárias precedentes à troca de controle do Grupo Atvos. f) Em 17 de março de 2023 foi formalizado Termo de Dação em Pagamento entre as Empresas do Grupo Atvos, onde foram transferidos os créditos dejetos pelos credores financeiros da Tranche B do Plano de Recuperação Judicial naquela data à Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva"), controlada direta do novo controlador do Grupo Atvos, FIP Agroenergia, mediante a emissão e posterior integralização de 6.391.642 Debêntures entre a Soneva e os credores originais do PRJ, mantendo todas as condições previstas no referido plano, de forma que neste momento não houve modificação ou extinção da dívida original à luz do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Em 31 de março de 2023, os saldos atualizados dos créditos transferidos à Soneva relacionados à Companhia somam R\$369.804, conforme nota explicativa nº 16. Entre 17 de março e 31 de março de 2023 a Companhia apurou despesa de juros de R\$1.403 em função da dação em pagamento com a Soneva. Entre 01 e 05 de abril de 2024 a Companhia apurou despesas de juros de R\$422 em função da dação em pagamento com a Soneva.

11. Investimentos: O saldo de investimentos da Companhia é composto como segue:

	Participação	Patrimônio líquido	Valor contábil do investimento	Resultado com equivalência patrimonial
Empresas	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)	0,08	975.716	862.600	803
		975.716	862.600	803
			803	707

Classificados no investimento - ativo não circulante

(i) Conforme disciplina o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial.

a) **Movimentação dos investimentos**

	31/03/2023	equivalência patrimonial
--	------------	--------------------------

contidos em seus anexos. ³ Conforme nota explicativa nº 1(c), em 15 de setembro de 2023 o juiz da 1ª Vara de Faltas e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo proferiu decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial e homologou o adiamento ao plano de recuperação da Companhia e demais recuperados do Grupo Ativos, iniciado em maio de 2019, o qual foi publicado no Diário da Justiça no dia 20 de setembro de 2023. O referido adiamento alterou toda a estrutura de pagamentos dos créditos da Tranche A, alongando o prazo para pagamento para dezembro de 2034 para 2042, e reduzindo os juros originalmente determinados em 115% CDI para 100%do CDI, além de outras alterações qualitativas relevantes, apresentadas na referida nota explicativa. Com a extinção das referidas obrigações, conforme determina o CPC 48 - Instrumentos financeiros, foram reciclados, também, para o resultado financeiro os custos de transação não amortizados correspondentes à dívida extinta, somando R\$5.332. A nova dívida foi inicialmente registrada da a valor justo, tendo sido apurado um haircut de R\$32.081, reflexo da mudança da taxa de juros apurada da data do pedido de recuperação judicial até a data de modificação, e um ganho de valor justo de R\$213.305, considerando o método de fluxo de caixa descontado e condições descritas na nota explicativa 1 (c). ⁴ Operações liquidadas de forma antecipada, tendo em vista o alto custo a elas vinculadas. (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola. (b) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e cativeiro. (c) Linhas de crédito contratadas para financiamento de capital de giro. (d) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas. (e) Linha de repasse de recursos do BNDES, com a finalidade de financiar a implantação e renovação de novos canais. (f) Custos incorridos na captação de recursos, apropriados ao resultado conforme amortização das dívidas relacionadas. Custos incorridos na captação de recursos, apropriados ao resultado conforme amortização das dívidas relacionadas. Conforme informado nos itens ⁵ e ⁶ acima, em 20 de junho de 2023 os créditos da Tranche B foram capitalizados, os saldos junto à Caixa Econômica Federal liquidados, e em 19 de setembro de 2023, os créditos da Tranche A foram aditados de forma relevante, portanto, extintos, e seus respectivos custos de transação devidamente reciclados ao resultado financeiro dos períodos.

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo anterior	1.010.991	953.639
Captação de empréstimos e financiamentos	-	2.582
Amortização de principal	(12.908)	(11.831)
Amortização de juros	(24.813)	(44.950)
Juros, variação cambial e monetária, líquidas	80.972	110.817
Amortização de custos de transação	190	534
Baixa de custos de transação - Nota 16	5.988	-
Reversão da provisão de juros e variação cambial - Nota 1(c) - <i>haircut</i>	(32.081)	-
Valor justo Tranche A - Nota 1(c)	(213.305)	-
Amortização valor justo Tranche A - Nota 1(c)	5.984	-
Assunção de dívida pela controladora direta - Nota 20(a)	(376.225)	-
Saldo no final do exercício	450.693	1.010.991

	31/03/2024	31/03/2023
Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:		
	31/03/2024	31/03/2023
De 01/04/2025 a 31/03/2026	2.043	71.212
De 01/04/2026 a 31/03/2027	5.727	91.531
De 01/04/2027 a 31/03/2028	19.579	87.807
De 01/04/2028 a 31/03/2029	19.579	87.807
De 01/04/2029 a 31/03/2030	19.579	87.807
De 01/04/2030 a 31/03/2031	19.579	87.807
A partir de 01/04/2031	569.430	435.518
	655.516	949.489

Valor justo dos empréstimos: Em 31 de março de 2024, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R\$437.359 e os saldos contábeis totalizam R\$450.693. O saldo contábil desconsidera os custos com transação. **Garantias:** Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens. **Covenants:** Em 31 de março de 2024 e 2023 a Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras.

	31/03/2024	31/03/2023
17. Salários e encargos	7.396	6.389
Provisão de participação nos lucros e resultados	8.478	7.671
Provisão de férias e encargos	1.510	1.295
Fundo de garantia do tempo de serviço ("FGTS")	498	427
Plano de Previdência Privada - Vexty - nota 21	221	165
Outros	1	1
	18.101	15.948
18. Tributos a recolher e parcelados:	31/03/2024	31/03/2023
Instituto nacional de seguro social - ("INSS")	5.850	2.554
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS")	3.307	3.307
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	281	262
Imposto de integração social - ("PIS")	719	719
Imposto sobre serviços ("ISS")	159	-
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB")	2.890	1.735
Demais tributos a recolher	2.045	829
	15.264	8.261
	(6.337)	(3.042)
	6.917	5.762

	31/03/2024	31/03/2023
Passivo circulante	18.101	15.948
Passivo não circulante (i)	-	-
(i) Os tributos a recolher classificados no passivo não circulante tem exigibilidade suspensa, decorrente de processos judiciais onde há a concessão de medida liminar, tutela antecipada, depósito judicial ou sentença proferida que afasta a exigência da cobrança de crédito tributário, assim como na esfera administrativa a qual possui defesa ou recurso ainda com julgamento pendente, situações em consonância com o previsto pelo art.º 151, do CTN. (b) Tributos parcelados: Os tributos parcelados foram classificados entre circulante e não circulante com base na exigibilidade das parcelas.	-	-
Refis nº1/2023 - Programa Litígio Zero (i)	-	5.327
Passivo circulante	-	5.327

Em 29 de março de 2023 a Companhia aderiu ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("PRLF"), junto à Receita Federal do Brasil, medida excepcional de regularização fiscal por meio da realização da transação resgatando o litígio administrativo tributário, no âmbito das regras estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RF nº 1/2023, tendo como benefício a redução do valor dos juros e das multas, no limite de 65% do valor atualizado de cada litígio, a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido de até 70% sobre o saldo decorrente do parcelamento do saldo remanescente em até 9 parcelas, mensais e consecutivas. A primeira parcela do parcelamento foi paga na adesão ao programa, e as demais parcelas serão acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculadas a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, com vencimento final em 31 de novembro de 2023. Na tabela a seguir é demonstrada a movimentação dos parcelamentos no período:

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial	5.327	-
Adoções às novos parcelamentos	-	19.977
Amortização com utilização de PF/BNC	-	(13.984)
Atualização monetária	255	-
Amortizações no período (pagamentos)	(5.582)	(666)
Saldo final	-	5.327
19. Adiantamentos de clientes: Em 31 de março de 2024, os montantes consolidados registrados no passivo circulante, na conta "Adiantamentos de clientes", se referem, substancialmente, a adiantamentos para entrega futura de energia para leilão. Quando aplicável, os saldos de contas a receber e adiantamentos de clientes são apresentados pelo valor líquido.	-	-
Adiantamentos de clientes - no Brasil:	Nota	31/03/2024
- clientes	457	922
- partes relacionadas	10(a)	923
	457	923
	(457)	(922)

Passivo circulante

Passivo não circulante

20. Patrimônio Líquido: (a) **Capital social:** O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 1.409.000, dividido em 126.557.105.627.542 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da controladora direta da Companhia, Ativos Agroindustrial Participações S.A. No decorrer do exercício findo em 31 de março de 2024, a Companhia realizou as seguintes movimentações em seu capital social:

	Ações ON	Milhares R\$
Capital social inicial	93.432.472.283.522	1.044.344
Capitalização de Tranche B - Nota 16 (i)	33.122.263.006.672	370.225
Assunção créditos Novonor pela controladora direta (ii)	2.370.337.348	27
Débitos Novonor e controladas em outras rubricas (iii)	-	(5.596)
Aumento líquido do Capital social	33.124.633.344.020	364.656
Capital social final	126.557.105.627.542	1.409.000

Em 05 de abril de 2023, a Companhia formalizou junto à sua controladora, Ativos Par, nos termos do artigo 299 e seguintes do Código Civil Brasileiro, Instrumento Particular de Assunção de Dívida, visando a implementação do Acordo de Investimentos, afim de proporcionar a concentração dos créditos da Tranche B para posterior viabilização da troca de controle, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, a Controladora recebeu determinados créditos contra a Companhia, os quais foram novados nos termos do Plano de Recuperação Judicial e representavam, naquela data, um passivo atualizado perante a Soneva, no valor total de R\$370.225. Os créditos ora cedidos foram integralmente capitalizados, naquela data, a Companhia, fixados de acordo com o artigo 170, §1º da Lei das Sociedades por Ações, em tudo idênticas às anteriormente existentes, conforme demonstrado abaixo:

	em 31/03/2023	Aumento	em 05/04/2023
Capital social	Capital social	Capital social	Capital social
Ações (i)	(Milhares de R\$)	Ações (i)	(Milhares de R\$)
93.432.472.283.522	1.044.344	33.122.263.006.672	370.225
		126.557.105.627.542	1.409.000

Em 18 de abril de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada, por unanimidade, sem quaisquer reservas e ressalvas, o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante total de R\$ 27, com a consequente emissão de 2.370.337.348 (dois bilhões, trezentos e setenta milhões, trezentos e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas, mediante a capitalização, neste ato, de créditos detidos pela única acionista, Ativos Agroindustrial Participações S.A., contra a Companhia, conforme Instrumentos Particulares de Assunção de Dívidas, celebrados naquela data, juntos à determinadas controladas indretas da Novonor S.A. O capital social da Companhia passou de R\$1.414.569, para R\$ 1.414.596, dividido em 126.557.105.627.542 (cento e vinte e seis milhões, quinhentos e cinquenta e sete bilhões, cento e cinco mil, trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Ainda na mesma data, em ato subsequente, foi aprovada, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições, em cumprimento às determinações do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Ativos, a redução do capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, conforme previsto no artigo 173, caput, da Lei das S.A., no montante de R\$5.596, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.414.596 para R\$ 1.409.000, sem o cancelamento de ações de emissão da Companhia. A redução de capital social ora aprovada se tornou efetiva após transcurso do prazo legal de 60 (sessenta) dias para manifestação dos credores da Companhia, contados da publicação da presente ata, conforme estipulado no artigo 174 da Lei das S.A., findo em 19 de junho de 2023. Esse movimento faz parte da equalização dos créditos de partes relacionadas, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, o qual foi efetivado no dia 20 de junho de 2023. (b) **Reservas legal:** Reserva legal - calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404/76, quando aplicável. (c) **Destinação do resultado:** De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, serão deduzidos, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurado o pagamento dos dividendos mínimos, não inferiores a 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal. Contudo, conforme cláusula 10.5 do Aditamento ao PRJ, a Companhia somente poderá distribuir dividendos a partir de 2027. (d) **Resultado por ação:** De acordo com o CPC 41 - Resultado por ação, a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	250.928	128.990
Média ponderada de ações em circulação (milhares)	126.557.105.628	93.432.472.284
Lucro básico e diluído por ação - em Reais	0,000002	0,000001

21. Planos de previdência privada: A Companhia mantém convênio de adesão com a VEXTY, entidade fechada de previdência privada, instituída pela antiga controladora Novonor, constituindo-se suas patrocinadoras conveniadas. A VEXTY proporciona aos seus participantes, um plano de contribuição definida, pelo qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as resgatadas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da VEXTY estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes, que somam 419 integrantes em 31 de março de 2024 (297 integrantes - 2023). Em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2024 somaram R\$779 (R\$584 - 2023) e dos participantes R\$ 1.658 (R\$1.250 - 2023). Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração da Companhia avaliou como não aplicável a adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

	31/03/2024	31/03/2023
22. Imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
(a) Composição dos saldos		
Prejuízos fiscais e bases negativas	31/03/2024	31/03/2023
Diferenças temporárias:	782.056	790.702
Provisão para contingências	26.533	12.408
Provisão para participação nos lucros e resultados	7.396	6.389
Direito de uso e passivos de arrendamento	31.834	14.469
Provisão para perdas por crédito esperadas	2.332	808
Provisão para perdas por redução ao valor realizável dos estoques	2.416	2.129
Provisões diversas (iii)	-	1.286
Outros	-	271
Total base de créditos	852.567	828.462
Crédito tributário registrado (i)	28.146	10.139
Crédito tributário não registrado	184.996	196.186
Débitos	66.624	23.985

Diferenças temporárias:

Depreciação Acelerada/incentivada (ii)

Amortização de ativo biológico

Valor justo CBOs

Valor justo Tranche A - Aditivo PRJ - Nota 1(c)

Valor justo de aplicações financeiras

Provisões diversas (iii)

Total base de débitos

Débitos diferidos totais registrados (34%)

Total líquido classificado no passivo não circulante

(i) Em 31 de março de 2024, considerando a expectativa da administração e de acordo com as premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa, a Companhia mantém impostos diferidos ativos registrados até o limite de realização, com base nas projeções futuras de lucro tributável e limitando os valores de realização ao limite de reversão das diferenças temporárias passivas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. (ii) A Companhia utiliza o benefício da depreciação acelerada incentivada rural, prevista no art. 314 do Decreto nº 3.000/99, que consiste no aproveitamento fiscal integral, no próprio ano, dos gastos incorridos com formação da lavoura de cana-de-açúcar e aquisição de implementos agrícolas registrados no ativo imobilizado. (iii) Refere-se substancialmente às provisões de receitas de energia, as quais são registradas por competência e faturadas no mês subsequente.

	31/03/2024	31/03/2023
Reconciliação do imposto de renda e contribuição social	305.327	114.052
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(103.811)	(38.778)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	33	17
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	28.019	36.535
- Equivalência patrimonial	16.045	13.676
- Subvenção estadual	-	1.284
- Vendas de CBOs	-	-
- Crédito Outorgado Emenda Const. nº 123	-	-
- Bônus à dirigentes	(251)	-
- Custos de transação	(1.255)	(110)
- Indêbito tributário - SELIC (i)	23	-
- Outras exclusões/(adições) permanentes, líquidas	(583)	(540)
- Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos (não reconhecidos) no período	563	(11.340)
- Refis - Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("PRLF") Nota 18(b)(i)	-	13.984
- Programa de alimentação ao Trabalhador (PAT)	2.852	-
- Compensação de saldo a pagar com Prejuízo fiscal e base negativa	3.966	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(54.399)	14.938
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	17,8%	-13,1%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.966)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(50.433)	14.938
(i) A Companhia possui apões judiciais com decisões favoráveis, ainda sem trânsito em julgado, amparando a exclusão da incidência tributária de IRPJ e CSLL relativo a atualização Selic (juros de mora e correção monetária) incidentes sobre os indêbitos tributários. O embasamento jurídico pela exclusão também é fundamentado pelo julgamento da matéria pelo STF no âmbito do Recurso Extraordinário nº 1.063.187, transitado em julgado, a qual declarou a inconstitucionalidade da sua incidência. 23. Compromissos: Na data das demonstrações financeiras atuais a companhia tem compromisso de comercialização para safra futuras etanol e energia elétrica, conforme apresentado abaixo:	até um ano	de dois a três anos
Etanol (MWh)	227.760	-
Etanol (m³)	291.264	-

Em 31 de março de 2024, o volume contratado de energia está inserido às regras dos Leilões de Energia de Reserva ("LER"), com prazo de fornecimento previsto até 2025, os quais preveem antecipações mensais dos volumes contratados pela Comercializadora de Energia, os quais, caso o vendedor não atenda em sua totalidade esses volumes, é realizado o "Ressarcimento" do valor equivalente aos volumes não entregues. E, caso o volume entregue seja inferior à 90% do contratado, o "Ressarcimento" será o valor do montante não entregue, majorado em 15%. A apuração da entrega é feita ao final de cada safra. A Companhia ainda se encontra em fase de negociação de outros contratos de renovação de serviços de transporte de etanol, e de transbordo e transporte de cana-de-açúcar para a próxima safra. Consequentemente, na data de encerramento destas demonstrações financeiras, os respectivos compromissos não puderam ser mensurados para divulgação. **24. Provisões para contingências:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada decorrente de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação com uma estimativa confiável do valor. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras atuais. (a) **Provisionadas:** A Companhia, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	31/03/2024	31/03/2023		
Processos trabalhistas	4.040	11.153	Processos trabalhistas	
Processos cíveis	379	1.013	Processos cíveis	
Processos ambientais	97	164	Processos ambientais	
Processos tributários	19.713	78	Processos tributários	
Passivo não circulante	24.229	12.408	Passivo não circulante	
As movimentações das contingências provisionadas no período estão apresentadas conforme segue:				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis e ambientais	Total
Saldo em 01 de abril de 2022	1.099	16.208	2.311	19.618
Adições	80	2.809	936	2.985
Reversões (i)	(1.101)	(4.791)	(1.181)	(7.073)
Utilizações	—	(3.073)	(49)	(3.122)
Saldo em 31 de março de 2023	78	11.153	1.177	12.408
Adições	19.685	2.735	8.494	30.914
Reversões (i)	—	(3.369)	(848)	(4.217)
Utilizações	(50)	(4.175)	(8.347)	(12.572)
Saldos cobertos por depósitos judiciais (ii)	—	(2.304)	—	(2.304)
Saldo em 31 de março de 2024	19.713	4.040	476	24.229

(i) Refere-se, substancialmente, a processos cíveis, os quais a administração do Grupo Ativos realizou acordo para pagamento inferior ao valor provisionado. Com isso, os valores foram estornados até o limite do novo valor acordado entre as partes. (ii) Em 31 de março de 2024 a Companhia alterou a apresentação dos saldos provisionados para que sejam demonstrados líquidos dos depósitos judiciais para os quais eles estão cobertos. Na data das demonstrações financeiras, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte: **Processos trabalhistas:** As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa. Em 31 de março de 2024, a Companhia era parte envolvida em 94 processos trabalhistas (199 em 31 de março de 2023), com prognóstico de perda provável e passível de provisão. **Processos cíveis e ambientais:** Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) sanções administrativas ambientais decorrentes de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, cuja validade está sendo questionada judicialmente, para as quais foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; (iii) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa nos respectivos processos. Destaca-se: (i) Em 12 de julho de 2010 a Companhia foi citada para responder ação indenizatória em face da rescisão do contrato de prestação de serviços de preparação de solo para cultivo de cana-de-açúcar, firmado em 27 de março de 2009. O processo está em fase recursal aguardando decisão nas instâncias superiores, e, em 31 de março de 2024, encontra-se registrado pelo montante de R\$ 218 (R\$ 880 em 31 de março de 2023). A redução do valor dá-se em razão da aplicação da regra de atualização dos créditos sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia. **Processos tributários:** Referem-se a: (i) honorários de êxito. (b) Não provisionadas: A Companhia é parte passiva em determinadas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, que por terem sido consideradas de probabilidade possível (ou possível com viés de remoto à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento sobre Tributos sobre o Lucro), pela administração e seus consultores jurídicos, não foram provisionadas contabilmente. Referidas contingências e riscos não provisionados incluem:

	31/03/2024	31/03/2023
Processos tributários	59.966	73.759
Processos cíveis	1.960	1.817
Processos trabalhistas	1.535	182
Processos ambientais	6.569	4.114
	70.030	79.872

Processos trabalhistas: Em 31 de março de 2024, a Companhia era parte envolvida em 22 (11, em 31 de março de 2023), processos trabalhistas com prognóstico de perda possível. As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) tempo à disposição; (ii) diferença de horas extras; (iii) intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; e (v) descanso semanal remunerado. **Processos cíveis e ambientais:** Dentre as demandas cíveis e ambientais consideradas como perda possível, destacam-se: Em 21 de julho de 2021 a Companhia foi citada para responder ação de cobrança ajuizada pela Caldesoft com pedido de ressarcimento de danos materiais e morais que teria sofrido no bojo do Contrato de prestação de serviços de caldeiraria pela Autoria à Ré. O processo está em fase postulatória instrutória, com pedido de reconvenção, e em 31 de março de 2024 o montante total envolvido no processo é de R\$ 958 (R\$ 922 em 31 de março de 2023); e Em 27 de agosto de 2020 a Companhia foi autuada pela suposta conduta do uso de fogo em área agropastoril sem a devida autorização do órgão ambiental, sendo imposta a sanção de multa. Em Agosto de 2023 foi feita decisão que reconheceu a improcedência da autuação, ante a não aprovação do nexo causal e incerteza de autoria (R\$ 1.491 em 31 de março de 2023). **Processos tributários:** Dentre as demandas tributárias consideradas como perda possível ou possível com viés de remoto, destacam-se: (a) Cobrança de ICMS em decorrência de (i) suposta perda de diferimento nas saídas interestaduais e aplicação do regime administrativo cautelar nas operações no Mato Grosso, (ii) cobrança de ICMS DIFAL, (iii) credtamento indevido, (iv) exportações supostamente não comprovadas, (v) suposta manutenção de passivo fictício e (vi) cobrança de ICMS em operação com ICMS diferido no montante de R\$ 5.692 em 31 de março de 2024 (R\$ 23.297, em 31 de março de 2023); (b) Declarações de compensação, pedidos de ressarcimento não homologados e multa isolada de 50% envolvendo o crédito de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais, decorrentes de saldos negativos, créditos proporcionais à receita bruta de exportação, indebitabilidade de despesas e insumos cuja compensação foi indeferida pela Receita Federal do Brasil. As manifestações de inconformidades, impugnações e recursos voluntários relacionados aguardam o julgamento. O total envolvido nos processos é de R\$48.742 em 31 de março de 2024 (R\$ 45.416, em 31 de março de 2023); e (c) Processo de cobrança de multa isolada preconizada pelo inciso II, alínea "b", do art. 44 da Lei nº 9.43

<div> <div> ★ continuação </div> </div>	<div> <div>Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. (anteriormente denominada Agro Energia Santa Luzia S.A.)</div> </div>	
<div> <div> Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras </div> <div> <p>Aos Administradores e Acionistas da Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. (anteriormente denominada Agro Energia Santa Luzia S.A.). São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. (anteriormente denominada Agro Energia Santa Luzia S.A.) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando,</p> </div> </div>	<div> <div> quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas </div> </div>	<div> <div> contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. </div> <div> <div> <div> <div> <div>São Paulo, 17 de julho de 2024</div> <div> <div>ERNST & YOUNG</div> <div>Auditores Independentes S/S Ltda.</div> <div>CRC SP-034519/O</div> <div>Cezar Augusto Ansoain de Freitas</div> <div>Contador - CRC SP-246234/O</div> </div> </div> </div> </div> </div> </div>